

# Argentina, Brasil e Venezuela como artífices do progressismo Sul-Americano face à hegemonia estadunidense até o avanço conservador

Renata Peixoto de Oliveira\*

Hannah Guedes de Souza\*\*

## Alguns antecedentes

A década de 1980 foi marcada pela forte crise econômica e pela transição democrática na América Latina e Caribe.

Na Venezuela, isto correspondeu ao aprofundamento da crise política que foi acentuada entre 1989 e 1992, correspondendo, respectivamente, ao Caracazzo e a tentativa de golpe contra Carlos Andrés Pérez, em função da adoção de uma agenda neoliberal. Em 1992, Pérez sofreu impedimento político e as eleições presidenciais que levaram Rafael Caldera a seu segundo mandato (1993-1998) marcaram o fim do *Punto Fijo*, já que o próprio líder histórico do Comité de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) havia rompido com o partido tradicional. Enquanto os países que implementaram o neoliberalismo, entre as décadas de 1970 e 1980, passaram por seus primeiros sinais de crise, a Venezuela resistia à adoção desta agenda que era apoiada pelos Estados Unidos.

No caso brasileiro, com a transição para a democracia, não ocorreu eleição direta e o novo governo brasileiro encarou a crise da dívida externa com inflação galopante.

---

\* Graduada em Ciências Sociais pela UFMG (2003); Mestre (2005) e Doutora (2011) em Ciência Política também pela UFMG. Além disso, é professora permanente do Programa de Mestrado Integração Contemporânea na América Latina (PPG-ICAL) e professora permanente do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPG-PPD) da UNILA.

E-mail: renatapeixoto.rii@gmail.com

\*\* Mestre em Integração Contemporânea da América Latina na Universidade Federal da Integração Latino Americana (2017-2019) e graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (2011-2016) com graduação-sanduiche na Universidad Rey Juan Carlos em 2015.

E-mail: hannahguedes@id.uff.br

Nos anos 1990, independente do governo, o neoliberalismo foi hegemônico entre o governo Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O final da gestão Cardoso já começa a questionar, no país, as assimetrias do sistema internacional e compreender que a relação preferencial com os países mais desenvolvidos não estava sendo necessariamente vantajosa.

Na Argentina, com o peronismo afastado do cenário político desde a morte de Perón e da derrocada de Isabelita nos anos 1970, as relações com os EUA ainda seguiram vacilantes até o retorno do peronismo, em sua roupagem neoliberal, representada por Menem que chegaria ao poder em 1989. Naquele momento, a Argentina seria o maior exemplo do paradigma do Estado normal definido por Amado Cervo (2002) como subserviente ao centro hegemônico do capitalismo, transferindo renda ao exterior, privatizando empresas públicas, protegendo o capital e empreendimentos estrangeiros, além de dissolver o núcleo da economia nacional.

A aproximação de Brasil e Argentina, no fim dos anos 1980, possibilitou a reaproximação do Cone Sul enquanto região e a criação de um bloco que foi consolidado em 1991 com a formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Mas um eixo regional que marcasse possível crítica em relação à Washington só foi possível quando Venezuela, Brasil e Argentina se tornaram pilares da onda progressista na região.

## **Dissensos, consensos e eixos estratégicos Sul Americanos no século XXI**

Os chamados eixos estratégicos mencionados neste trabalho seriam a expressão de posicionamentos político-ideológicos e também de projetos políticos que concernem a aproximação em relação aos Estados Unidos da América, a uma matriz estadocêntrica ou neoliberal; a um posicionamento mais conservador ou progressista. Quando mencionamos o Consenso de Washington percebemos a construção de um falso consenso regional que refletia, na verdade, os interesses dos Estados Unidos na região e uma articulação tímida entre os países latino-americanos que buscavam uma janela de oportunidades a partir de um vazio de poder na região e da propagada crise de hegemonia dos EUA.

Com a crise do modelo neoliberal, a partir de um cenário de marcada contestação, os dissensos em termos de projetos políticos ficaram mais evidentes e delinearam novas alianças estratégicas. O século XXI foi o marco dessas transformações em termos geopolíticos e nosso objetivo será retratar a dinâmica referente a formação,

ao rearranjo, as disputas entre diferentes eixos geopolíticos estratégicos, seus impactos para as relações interamericanas, para a integração regional e para o cenário geopolítico da América Latina. Também será objeto de atenção os consensos formados e os eixos justapostos que podemos identificar. Isto nos permitirá compreender melhor as mudanças recentes em um período marcado pelo acirramento dos conflitos políticos, por crises de ordem institucional, pela crise da democracia liberal e pelas tensões em torno da reconfiguração do projeto neoliberal a partir de uma perspectiva neoconservadora na região.

A Venezuela do pós-Guerra Fria sinalizava um caminho indeciso e incerto, mas as eleições de 1998, que levaram Hugo Chávez Frias ao poder passaram a definir de modo mais sistemático a ruptura interposta no sentido de adoção de um outro projeto político. De forma evidenciada, a ascensão de um político *outsider*, representante de setores militares nacionalistas e tendentes à esquerda, foi uma grande inovação política para o sistema político venezuelano. Os dois primeiros anos de governo ainda foram cautelosos em função da necessidade de se garantir a retomada do crescimento econômico e da própria governabilidade. Mas, significativo, no sentido de instituir um divisor de águas, é o impacto que a Doutrina Bush, a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001, estabeleceram. Ocorreu um recrudescimento da Política Externa dos Estados Unidos, uma menor tolerância por parte da administração republicana e adoção de um discurso maniqueísta. A invasão do Afeganistão pelos Estados Unidos foi duramente criticada pelo presidente venezuelano, enquanto as reformas que seu governo realizou em 1999 e 2001, por aumentarem o papel do estado no setor, não foram muito bem vistas pelo capital estadunidense e por seu governo. Isto vai ter relação direta com a realização do golpe contra Chávez em abril de 2002 e mesmo o paro petroleiro, a greve geral do setor, em 2003. Ambos eventos foram tentativas frustradas de desestabilização do governo Chávez e, acabaram, não apenas afetando as relações entre Estados Unidos e Venezuela, como também levando o governo Chávez a radicalizar sua via, apresentando de forma mais consistente a ideia de uma revolução bolivariana que pretendesse romper, em definitivo com o regime anterior instituindo a V República e, assim, constituindo o chamado Socialismo do Século XXI.

Para a Argentina, o século XXI teve início com uma das suas mais graves crises econômicas com desdobramentos significativos para sua institucionalidade democrática. O fim do governo de la Rúa, abriu uma fissura nas instituições argentinas e a crise, que teve início em 2001, só pôde ser contornada com o retorno do peronismo em sua versão mais nacionalista, contrariando o peronismo menemista que levou a

Argentina à bancarrota provocada pelo neoliberalismo na década anterior. Neste caso, Néstor Kirchner, ao assumir a presidência em 2003, marcou um período de retorno da governabilidade institucional e da estabilização econômica.

Além disso, a era Kirchner marcou um novo posicionamento da Argentina a nível hemisférico, já que o novo governo impulsionou a Onda Rosa na região. Foi em 2005, em Mar del Plata, que a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) capitaneada pelos Estados Unidos, foi derrubada, tendo Argentina, Venezuela e Brasil desempenhado um importante papel.

O Brasil do século XXI é inaugurado com a chegada do Partido dos Trabalhadores, o PT, à Presidência da República com o histórico líder sindical, Luís Inácio Lula da Silva. O perfil político do presidente e sua forma de exercício da política, também chamada de lulismo, pode ser mais bem entendida através do termo Consenso de Brasília, criado por Mario Shifter para dar sentido e expressão às mudanças e particularidades da Política Externa brasileira a partir de seu governo. Basicamente, o projeto político de Lula pretendia aliar o crescimento econômico, com a inclusão social, a governabilidade democrática e um olhar latino-americanista em termos de integração regional pelo viés mais social. Neste sentido também é importante ressaltar que o Brasil se posicionava de forma questionadora, mas não combativa a Washington, buscando consensos e diálogo, reforçando a sua tradição diplomática. Deste modo, as relações com os EUA se deram em um novo tom, com o Brasil se apresentando como um de seus pares e não como um país subserviente. Nos primeiros meses do governo Lula, o foco foi as necessidades internas e parcerias diversas, mas notoriamente com o sul global, enquanto que com os Estados Unidos prevaleceu o pragmatismo. Mas assim, como fez o governo Chávez, o Brasil também foi crítico dos desdobramentos da Doutrina Bush. Chávez havia criticado a invasão do Afeganistão, enquanto o governo brasileiro se mostrou reticente com a invasão do Iraque.

O regionalismo pós-liberal emerge nos anos 2000 como uma crítica ao período anterior, almejando pensar na integração regional para além da economia, ou seja, pensando também em questões de defesa, direitos humanos, política, desenvolvimento e bem-estar social. Muito embora o Consenso de Brasília seja fundamental para entendermos a Política Externa do Brasil com Lula, a nível regional, o termo que marcou as mudanças que se refletem nos eixos estratégicos formados pelos principais países da região em torno da agenda regional e seu posicionamento sobre o papel dos EUA na região, foi Consenso de Buenos Aires.

Isso teve extrema relevância para as mudanças antes citadas sobre o Mercosul. Foi realizada a Cúpula de Assunção, em 2003, para dar conta dos debates em torno da crise do modelo livre-cambista, evidenciado pela crise de desvalorização do real, em 1999, e a crise argentina de 2001. No mesmo ano, Brasil e Argentina se reúnem, firmando o Consenso de Buenos Aires intencionando relançar o Mercosul e adotando uma via de integração sócio-política:

Ratificamos nossa profunda convicção de que o Mercosul não é somente um bloco comercial, mas, ao contrário, constitui um espaço catalisador de valores, tradições e futuro compartilhado. Dessa forma, nossos governos estão trabalhando para fortalecê-lo através do aperfeiçoamento de suas instituições nos aspectos comerciais e políticos e da incorporação de novos países (BRASIL; ARGENTINA, 2003).

A partir disso, o bloco criou mecanismos para tentar minimizar as assimetrias de Argentina e Brasil, grupo dos países maiores, com Paraguai e Uruguai, grupo dos países menores.

Brasil e Argentina, no início do século XXI, tiveram papel fundamental ao inaugurar o neo-densenvolvimentismo no Cone Sul e fortalecer seus laços bilaterais a partir de novas estratégias autônomas e solidárias entre países e povos da região, mas a Venezuela, alçou protagonismo, ao se posicionar de maneira bem mais contundente em relação aos Estados Unidos e ao modelo do regionalismo aberto que vigorou no auge do Consenso de Washington. Dessa forma, o país andino foi peça fundamental para a conformação de novos eixos geopolíticos, ao passo que também tensiona o cenário regional em torno de dicotomias estabelecidas que denotam posturas radicais ou refundadoras face a posicionamentos reformistas. A intenção predominante de alcançar desenvolvimento econômico em conjunto com igualdade social liga-se a ascensão de governos de esquerda na Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Uruguai e Venezuela, que acabaram por rejeitar o Consenso de Washington, aspirando por maior inserção social dos povos diversos do continente (MARTINS, 2016).

De igual maneira, ficou mais evidente o papel da região andina no curso geopolítico sul-americano, a partir dos consensos criados entre alguns países e dos dissensos e discordâncias com outros países que seguiram a rota estabelecida pelo Consenso de Washington em um alinhamento pró-Estados Unidos. A Venezuela teve papel preponderante no estabelecimento da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa

América (ALBA), enquanto se somou aos esforços de outros países da região para alavancar a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

A UNASUL, englobando todos os países sul-americanos, nasce da necessidade de autonomia e de um novo paradigma de desenvolvimento. Ela é uma evolução da Comunidade Sul-americana de Nações, de 2004, e da ideia da Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA), da primeira metade da década de 1990. A ideia original surge da crítica de Chávez à representação do livre-comércio ainda presente dentro da Casa, o que foi apoiado por outros países e culminou na sua criação, em 2007, proporcionando uma outra ênfase estratégica (BRICEÑO-RUIZ; HOFFMAN, 2015). Nascendo, sobretudo, dos esforços de Chávez e Lula, seu objetivo era construir uma integração sul-americana pela via cultural, política, econômica e social, eliminar a desigualdade social e assimetrias entre os membros, dando destaque também as questões energéticas e de defesa.

Já a ALBA foi lançada em 2004, pela Venezuela e Cuba, contra o projeto dos Estados Unidos de constituir a ALCA, incorporando países do Caribe, Bolívia e Suriname nos anos subsequentes. Trata-se de um projeto alternativo, uma contraposição que se configurou como um projeto contra hegemônico em meio a um vazio de poder no lastro do regionalismo aberto e que foi concomitante ao surgimento de outras iniciativas ou de mudanças ocorridas nos blocos regionais mais tradicionais, como o Mercosul.

Tanto o enfoque do *soft balancing* como seu complemento da diplomacia do poder social captaram uma dimensão da política exterior bolivariana que não se pode ocultar, cuja realização na América Latina e Caribe foi baseada em boa medida sob o grande guarda-chuva da ALBA-TCP (BENZI, 2017, p. 29, tradução nossa<sup>1</sup>).

É necessário apontar que essa configuração regional com um maior número de governos de esquerda e com uma postura mais crítica ao imperialismo estadunidense, causou um certo afastamento dos EUA dos assuntos internos sul-americanos. O momento que melhor ilustra esta questão é o repúdio encabeçado por Chávez, Lula e Néstor Kirchner a ALCA e seu conseqüente arquivamento em Mar del Plata no ano de 2005. Notando que a vantagem do acordo seria baixa e levaria a uma dependência ainda

---

<sup>1</sup> Tanto el enfoque del *soft balancing* como su complemento de la social power diplomacy han captado una dimensión inocultable de la política exterior bolivariana, cuya realización en América Latina y el Caribe fue encauzada en buena medida bajo el amplio paraguas del ALBA-TCP.

maior dos EUA, sendo este o maior beneficiário do projeto, estes governantes somaram forças para fazer Washington recuar.

Algumas mudanças foram esperadas com a chegada de um presidente democrata à Casa Branca, o primeiro negro e de ascendência queniana a assumir o posto mais importante do planeta, é essencial ressaltar que apesar do carisma pessoal do presidente Barack Obama, as velhas práticas do *hegemon* com os países latinos foram mantidas, em certa medida. Por exemplo, no caso brasileiro, em 2013, veio a público a informação de que a agência estadunidense National Security Agency (NSA) espionava a presidente Dilma Rousseff e a Petrobrás, gerando um mal-estar diplomático, seguido do cancelamento da visita de Estado agendada aos EUA. Quanto à Venezuela, o presidente Obama declarou que a mesma era uma ameaça à segurança dos EUA e realizou sanções contra funcionários do governo, meses depois de já ter se manifestado contrariamente à repressão contra manifestações de opositoristas. As exigências dos Estados Unidos incluíram a libertação do opositor Leopoldo López, entre outros. Em relação à Argentina o clima também foi tenso durante o governo Cristina Kirchner. O primeiro incidente aconteceu, em 2011, quando uma carga foi retida na aduana argentina, sendo parte de um carregamento da Força Aérea dos EUA, levando o presidente Obama a cobrar explicações. Analistas políticos e críticos do Kirchnerismo apontam o período de hegemonia dos Kirchner na Casa Rosada como de isolamento internacional da Argentina e de tensões com os Estados Unidos. A suposta normalidade nas relações bilaterais teria sido alcançada com a vitória de Macri que assegurou até uma visita de Obama ao país já no final do seu governo, logo depois da histórica visita que fez a Cuba. As homenagens previstas às vítimas da ditadura Argentina e o grande contingente de seguranças e aparatos de segurança, causaram algumas polêmicas e levaram a reações contrárias à visita.

A primeira década do século XXI demonstra de maneira mais evidente os esforços de governos da região, no embalo da onda progressista em contrabalancear o exercício do poder hegemônico por parte de Washington, fortalecendo parcerias com outras potências como a China ou avançando com projetos de integração regional que alavancassem as parcerias entre os países e povos da região de maneira mais soberana e autônoma. E, naquele contexto Brasília-Buenos Aires-Caracas alicerçaram um importante eixo geopolítico-estratégico que sustentou este projeto alternativo para a região.

## **Progressismo da ascensão à crise: avanço conservador e o papel dos Estados Unidos na crise hemisférica**

Para encerrar nossas reflexões, estendemos o debate no sentido de considerar o período mais recente no qual verifica-se a crise dessa experiência progressista e a ascensão de forças e governos conservadores na América do Sul. Este período vem sendo analisado por especialistas no sentido de identificar, não apenas um movimento pendular entre direita e esquerda, conservadorismo e progressismo, mas, sobretudo, em sinalizar a crise das democracias liberais.

A chegada de Donald Trump à Casa Branca coincide com uma guinada política na América do Sul, após quase quinze anos da chamada onda rosa. Estas mudanças podem ser sentidas com o falecimento de Hugo Chávez Frias na Venezuela em 2013, após vencer as eleições, com a eleição de Mauricio Macri na Argentina em 2015 e com o impedimento político sofrido por Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores no Brasil em 2016.

Não necessariamente precisamos romantizar a administração Barack Obama em termos de Política Externa e quanto às relações com os países da América Latina e Caribe, mas, sem dúvida, a administração Trump foi bem mais incisiva e revelou mais pontos de tensão nas relações interamericanas, além de sustentar ou ser condescendente com políticas antidemocráticas e com o processo de erosão da democracia no continente como um todo.

Quando avaliamos os processos políticos, econômicos e societários ocorridos nos três países que aqui merecem nossa atenção, ou seja, Argentina, Brasil e Venezuela, percebemos o quão decisivo foi cada processo político nacional da mesma forma em que notamos os reflexos disso para a dinâmica geopolítica regional, para os consensos estabelecidos antes entre os países da região, assim como para a integração regional.

Em termos de política doméstica, os três países mergulharam em uma profunda crise econômica. A Venezuela, amarga uma crise econômica originada na queda dos preços do barril de petróleo no mercado internacional e a instabilidade política que pode ser compreendida tanto com um movimento da oposição que chega a lançar um potencial presidente interino autoproclamado, na figura de Juan Guaidó, apoiado por diferentes países e, em especial, pelos Estados Unidos, deram contornos dramáticos a crise venezuelana. O bloqueio internacional contra o país andino-amazônico-caribenho também aprofundou a crise e já tem contornos de crise humanitária,

considerando que nos últimos anos milhões de venezuelanos e venezuelanas emigraram de seu país para países vizinhos.

No caso do Brasil, temos uma crise que se reflete em baixo crescimento econômico e grande alta do desemprego no país. A crise coincide e foi aprofundada durante os governos Temer e Bolsonaro pelo perfil de suas políticas econômicas liberalizantes. Além disso, existe um forte componente político-institucional na crise brasileira como efeito da atuação e exercício de liderança por parte do presidente da República, Jair Bolsonaro, e de seus filhos. O clã Bolsonaro apoia movimentos extremistas, desgasta a relação entre os poderes constituídos e contribui para o enfraquecimento do regime democrático no país. Além disso, o governo Bolsonaro estabelece tensões entre países vizinhos, como o caso da Argentina e Venezuela, além de fomentar problemas diplomáticos com potências mundiais, como é o caso da China, maior parceiro comercial do país. Também chama atenção, o movimento mimético de Bolsonaro em relação a Donald Trump e a postura subserviente adotada pelo Itamaraty durante esta administração.

No caso da Argentina, o período da administração Macri foi marcado por uma profunda crise econômica e social, seguramente, a pior crise desde 2001. O desgaste do Kirchnerismo, após muitos anos no poder, e o desequilíbrio fiscal ajudam a explicar a escolha por Mauricio Macri, contudo, uma vez mais, o modelo neoliberal, não foi capaz de contornar a crise, pelo contrário, aprofundou-a.

Percebe-se que a crise econômica e política atual afeta sobremaneira os três países que foram justamente a base, o pilar, de um projeto político regional que resgatou o nacional-desenvolvimentismo, fortaleceu as relações sul-sul, aproximou os países da América Latina criando, transformando e fortalecendo novos espaços e blocos regionais, ao passo em que se posicionavam de forma mais crítica e autônoma em relação aos Estados Unidos da América.

O período foi marcado pela crise da UNASUL, tendo-se em vista que a partir da conformação de novos eixos-estratégicos e do enfraquecimento daqueles que sustentaram tal iniciativa, os novos governos de direita, principalmente, os governos dos países que conformam a Aliança do Pacífico, estratégia contraposta ao regionalismo pós-liberal que vigorou durante o ciclo progressista, reforçados por governos de direita como os do Brasil e Argentina, articularam o esvaziamento da iniciativa que foi um marco de uma nova etapa das relações interamericanas. Outros blocos já consolidados, como o próprio Mercosul, também sentiram o impacto do fim do ciclo progressista na

região, o próprio presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, se mostrou entusiasta de uma nova iniciativa regional, o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL), idealizado pelo presidente chileno Sebastián Piñera. O Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul propõe uma estrutura flexível e se coloca enquanto substituto potencial da UNASUL.

A crise do consenso de Buenos Aires e a erosão do eixo geopolítico estratégico conformado por Argentina, Brasil e Venezuela, favoreceu os interesses dos Estados Unidos na região e reforçou o ideário e os objetivos do governo Trump. Recentemente, um ponto de equilíbrio se deu com a permanência de Nicolás Maduro no poder, a despeito das tentativas de destituição do mandatário venezuelano do cargo. As investidas de Juan Guaidó se mostraram ineficientes e se desgastaram. Enquanto isso, Mauricio Macri perdeu a oportunidade de se reeleger e o progressismo voltou ao mapa do Cone Sul com a eleição da chapa Fernandez-Fernandez na Argentina. No caso brasileiro, a imagem do presidente da República se desgastou, principalmente, considerando-se os impactos de sua inação política para o devido enfrentamento da pandemia do novo coronavírus e dos efeitos econômicos devastadores que esta última teve para a economia do país.

Mesmo com algumas mudanças regionais que demonstram os questionamentos em face a limitação do projeto neoliberal exemplificadas pela onda de manifestações populares que tomaram conta dos países da região em 2019, os efeitos da pandemia também se constituem enquanto desafios, principalmente, para o novo governo de Alberto Fernandez na Argentina.

As mudanças políticas nos EUA com a eleição do democrata Joe Biden após uma acirrada e controversa disputa com Donald Trump, não necessariamente representam um grande salto para as relações interamericanas, principalmente, no tocante à Venezuela. Algumas posturas mais controversas do Trumpismo serão revogadas ou reformuladas, como, por exemplo, a situação de imigrantes, as relações com a comunidade islâmica ou a questão do muro entre Estados Unidos e México. Quanto ao Brasil, talvez, alguns problemas diplomáticos já podem ser esperados entre a administração Bolsonaro e o governo do Democrata recém-eleito.

Ainda é bastante cedo para avaliar a extensão dos desafios de um novo governo nos Estados Unidos, principalmente, após a invasão do Capitólio em 06 de janeiro de 2021 e com os passos ainda necessários para a contenção da pandemia. O fato é que, após anos de desgaste das instituições democráticas no hemisfério, os anos de 2019 e

2020 deram importantes sinais, e, Bolívia, Argentina e Venezuela seguem como pontos de resistência da herança progressista que marcou a primeira década do novo milênio na América do Sul. Mesmo assim, isto não é o suficiente para identificarmos um novo consenso, ou a formação de um novo eixo a substituir o que Argentina, Brasil e Venezuela foram e representaram para suas sociedades e para a região, no início deste século. Ainda existem muitas fragilidades para as democracias da região, as manifestações de 2019 não resultaram em profundas mudanças, salvo o Chile que deu início e prosseguimento à mudança constitucional. Os espaços de articulação regional foram duramente enfraquecidos durante a guinada à direita, e os desafios interpostos pela pandemia e pelas queimadas na Amazônia já são ilustrativos da falta de coordenação e cooperação entre os países da região. O Brasil enfraquece seu papel regional em meio a um governo despreparado, de uma Política Externa desastrosa e com posicionamentos extremistas que isolam o país na região, de modo a gerar necessidade de distanciamento até de governos de direita, como foi o caso de Sebastian Piñera do Chile. Quanto ao governo Biden, o Brasil ainda amargará mais este isolamento se insistir em posições questionáveis e radicais.

## À título de conclusão

Podemos perceber que durante grande parte do século XX, não podemos aferir a existência de estratégias consolidadas entre os principais países da região em torno de uma postura autônoma, condizente com avanços concretos rumo a cooperação e integração regional soberana e enquanto contraponto ao exercício de poder hegemônico por parte dos EUA. A instabilidade política marcada por mudanças de projetos políticos em vigor, divergências entre grupos e setores, sejam econômicos ou parte das forças armadas, em torno de projetos nacionalistas ou seu contrário, bem como, a ocorrência da interrupção da ordem política e institucional vigente por meio de golpes de Estado também foram refletidas nos posicionamentos de diferentes governos em relação aos Estados Unidos. As diferenças políticas entre Brasil, Argentina e Venezuela foram consideráveis. O Brasil amargou uma ditadura militar de vinte e um anos, enquanto a Argentina sofreu dois golpes militares em uma década, tendo uma das mais ferrenhas ditaduras do continente, em pouco mais de quatro anos. Divergindo dos países do continente, a Venezuela estabeleceu uma democracia pactuada. Em termos econômicos as diferenças entre estes três países também chamam atenção, tendo-se em vista que a economia argentina sempre foi mais agrária e menos industrializada que a brasileira, enquanto a Venezuela se beneficiava das benesses de sua indústria

petroleira, como também se afundava nos problemas de uma economia marcada pela chamada doença holandesa. No cenário internacional, Argentina e Venezuela ainda ousaram posturas mais autônomas em relação à condição de superpotência capitalista dos EUA em meio a Guerra Fria. A Venezuela é membro fundador da Organização de Países Produtores e Exportadores de Petróleo, a OPEP, o que é algo considerável.

No pós-Guerra Fria, a América Latina buscou maior articulação e o regionalismo aberto foi uma empreitada interessante em tempos de globalização. Este projeto foi questionado, mas a integração regional foi tema central da política hemisférica, posteriormente alicerçada pelos mais fortes pilares do ciclo progressista. Na atualidade, os consensos se esvaíram. Não é possível identificar estratégias que gerem projetos regionais e até mesmo a questão de alinhamento favorável ou posicionamento contra hegemônico em relação aos EUA se tornou algo controverso diante dos inesperados acontecimentos dos últimos anos e profundos questionamentos, que nos levam a repensar a solidez da democracia estadunidense. O fato é que o novo milênio viu emergir uma importante aliança entre três gigantes sul-americanos, Argentina, Brasil e Venezuela e que a crise política e econômica dos três países é bastante providencial para o jogo das superpotências e para que os EUA busquem rearticular o avanço do neoliberalismo na região ou mesmo garantir facilidade em atingir seus objetivos comerciais na América do Sul.

## Referências

BENZI, D. **Alba-TCP**: Anatomía de la integración que no fue. Iago Mundi. Buenos Aires: Iago Mundi. Universidad Andina Simón Bolívar, 2017.

BRASIL; ARGENTINA. Consenso de Buenos Aires. **BBC Brasil**. 16 out. 2003. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2003/10/printable/031016\\_integra](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2003/10/printable/031016_integra)>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRICEÑO-RUIZ, J.; HOFFMANN, A. R. Post-hegemonic regionalism, UNASUR, and the reconfiguration of regional cooperation in South America. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 40, n. 1, p. 48-62, 2015.

CERVO, A. L. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 45, n. 1, p. 5-35, jun. 2002.

MARTINS, J. C. Caminhos para a integração social no MERCOSUL no contexto do regionalismo do século XXI. In: Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, 2, **Anais...** São Paulo, p. 1-16, 2016.